

Aula 08

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

13 de Agosto de 2025

Índice

1) O que é - Crimes praticados por particular contra a adm em geral - Instituto AOCP - Único	3
2) Roteiro de Revisão - Crimes praticados por particular contra a administração em geral	4
3) Aposta Estratégica I - Crimes praticados por particular contra a administração em geral	15
4) Questões Estratégicas - Crimes praticados por particular contra a adm em geral - Instituto AOCP	17
5) Questionário de Revisão - Crimes praticados por particular contra a administração em geral	26
6) Lista de Questões Estratégicas - Crimes particular contra a adm em geral - Instituto AOCP	31
7) Referências Bibliográficas	35



O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **03 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP** para **nível médio e superior** no período de **2004 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
	Instituto AACP
Usurpação de Função Pública (art. 328 do CP)	<1,00%
Resistência (art. 329 do CP)	<1,00%
Desobediência (art. 330 do CP)	<1,00%
Desacato (art. 331 do CP)	<1,00%
Tráfico de Influência (art. 332 do CP)	66,67%
Corrupção Ativa (art. 333 do CP)	<1,00%
Descaminho e Contrabando (arts. 334 e 334-A do CP)	<1,00%
Impedimento, Perturbação ou Fraude de Concorrência (art 335 do CP)	<1,00%
Inutilização de Edital ou de Sinal (art. 336 do CP)	<1,00%
Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento (art. 337 do CP)	<1,00%
Sonegação de Contribuição Previdenciária (art. 337-A do CP)	33,33%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Os **Crimes praticados por particular contra a administração em geral** são voltados a proteger a Administração Pública contra condutas ilícitas de particulares que prejudiquem o exercício regular de suas funções.

Vamos abordar as principais informações sobre os crimes, a seguir.

1 – Usurpação de função pública (art. 328)

Este crime ocorre quando o agente, sem possuir qualquer vínculo com a Administração Pública, **se faz passar por servidor público** e pratica atos que são **inerentes à função usurpada**.

Não confundir com exercício funcional ilegalmente antecipado: no crime de usurpação, o agente não possui qualquer vínculo com a administração, enquanto no exercício funcional ilegalmente antecipado o agente já é servidor, mas pratica atos fora de sua competência ou antes de estar devidamente investido.

Atos inerentes à função: é imprescindível que o agente pratique atos típicos da função pública, ou seja, que apenas poderiam ser realizados por quem ocupa legitimamente o cargo.

Forma qualificada (parágrafo único): se o agente auferir vantagem indevida em razão da usurpação, aplica-se causa de aumento de pena.

*Art. 328 - **Usurpar** o exercício de **função pública**:*

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

2 – Resistência (art. 329)

A **resistência** consiste em opor-se, por meio de **violência ou ameaça**, à execução de **ato legal de funcionário público** no exercício de suas funções.

Resistência qualificada (§1º): se a resistência resulta em um ato não executado (exemplo: prisão não realizada devido à conduta do agente) aplica-se uma forma mais grave do crime.



Resistência e violência (§2º): o agente responde tanto pelo crime de resistência quanto por eventual lesão corporal ou outro delito praticado no contexto da violência. Já se a resistência for cometida apenas mediante ameaça, a ameaça será **absorvida** pelo crime de resistência.

*Art. 329 - Opor-se à execução de **ato legal**, mediante **violência** ou **ameaça** a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:*

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.



3 – Desobediência (art. 330)

Ocorre quando o agente **deixa de cumprir ordem legal de funcionário público**.

*Art. 330 - Desobedecer a **ordem legal** de funcionário público:*

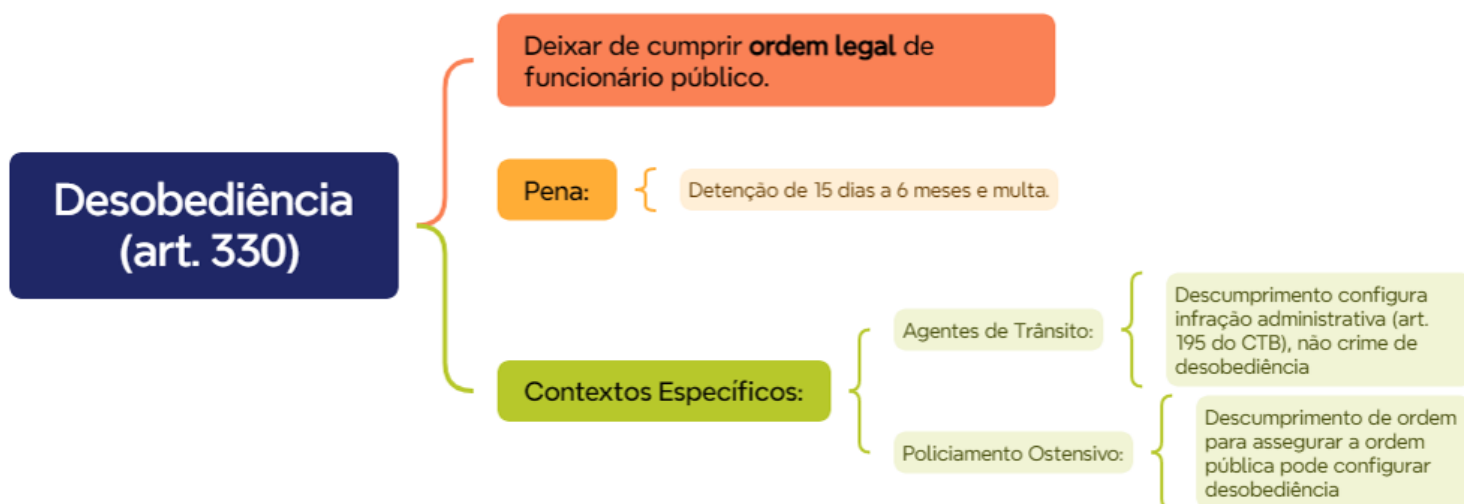
Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.





Ordem de agentes de trânsito (art. 195 do CTB): no contexto do trânsito, o descumprimento da ordem configura apenas uma infração administrativa, não crime de desobediência. A infração está prevista no **art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997)**.

Ordem de agentes no policiamento ostensivo: se a ordem for emitida em contexto de policiamento preventivo ou repressivo para assegurar a ordem pública, o descumprimento poderá configurar **crime de desobediência** (art. 330 do CP).



4. Desacato (art. 331)

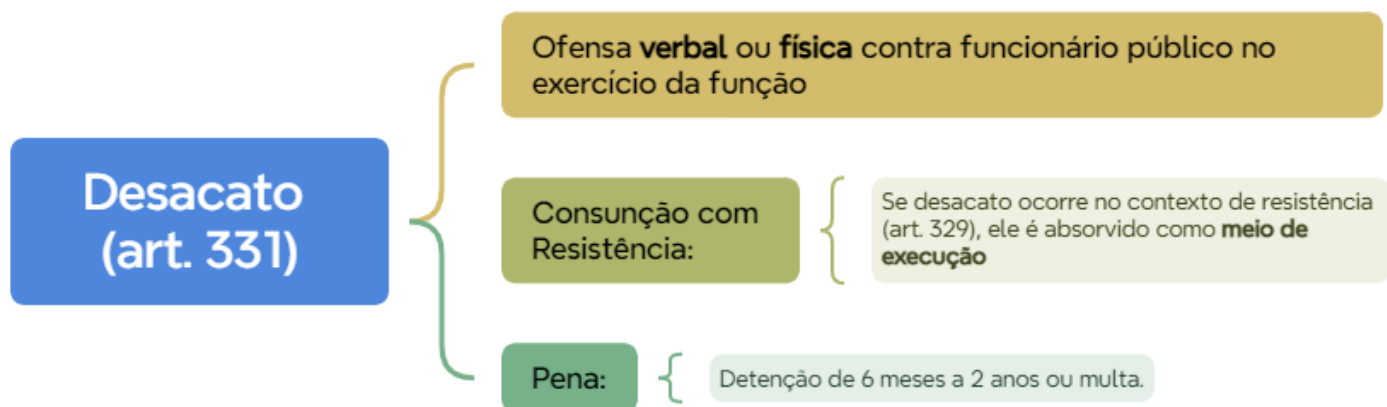
O desacato ocorre quando o agente **ofende verbal ou fisicamente um funcionário público no exercício de suas funções ou em razão dela**. O bem jurídico tutelado é o respeito e a dignidade da Administração Pública no exercício de suas atribuições.

Consumção com resistência: quando o desacato é praticado no mesmo contexto de um ato de resistência (art. 329), aplica-se a **teoria da consumção**. Nesse caso, o desacato é absorvido pelo crime de resistência, por ser considerado um meio de execução.

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.





5. Tráfico de Influência (art. 332)

O tráfico de influência ocorre quando o agente solicita, exige, cobra ou obtém vantagem ou promessa de vantagem, **alegando ter influência sobre funcionário público** para que este pratique, omita ou retarde ato de ofício.

ESCLARECENDO!



↪ **Não confundir com o crime de exploração de prestígio (art. 357):**

Enquanto o tráfico de influência envolve alegação de influência sobre funcionários públicos, a exploração de prestígio refere-se a **magistrados, jurados, órgãos do Ministério Público ou peritos**.

Majorante (parágrafo único): se o agente afirma que a vantagem é também destinada ao funcionário público, há aumento de pena.

*Art. 332 - **Solicitar, exigir, cobrar ou obter**, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de **influir em ato praticado por funcionário público** no exercício da função:*

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

6. Corrupção Ativa (art. 333)

Consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público **para que este pratique, omita ou retarde ato de ofício**.

Diferença em relação à corrupção passiva: enquanto a corrupção ativa é praticada pelo particular, a passiva é cometida pelo funcionário público que solicita ou aceita vantagem.

Majorante (parágrafo único): a pena é aumentada se a oferta ou promessa de vantagem for para praticar um ato ilegal.

*Art. 317 - **Solicitar** ou **receber**, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, **vantagem indevida**, ou aceitar promessa de tal vantagem:*

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Diferenças	
Concussão (Art. 316)	<p>Sujeito ativo: Funcionário público.</p> <p>Conduta: Exigir vantagem indevida em razão do cargo.</p> <p>Excesso de exação (§1º): Exigir tributo indevido ou desviar valores recebidos. tipo específico de concussão</p>
Corrupção Passiva (Art. 317)	<p>Sujeito ativo: Funcionário público.</p> <p>Conduta: Solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida.</p> <p>Causa de aumento: Retardar, omitir ou praticar ato ilegal em razão da vantagem.</p>
Corrupção Ativa (Art. 333)	<p>Sujeito ativo: Particular.</p> <p>Conduta: Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público.</p> <p>Causa de aumento: Ato ilegal praticado pelo funcionário público.</p>



7. Descaminho (art. 334)

O crime de descaminho ocorre quando o agente **ilude, no todo ou em parte, o pagamento de tributos, direitos ou impostos devidos na importação ou exportação de mercadorias.**

Formas equiparadas (§1º): as formas equiparadas ao crime de descaminho constam do §1º, abaixo.

Conceito de atividade comercial (§2º): considera-se atividade comercial, para fins deste artigo, a habitualidade no comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeira.

Majorante (§3º): aplica-se aumento de pena quando o crime é praticado por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

*Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o **pagamento de direito ou imposto** devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.*

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

*I - pratica navegação de **cabotagem**, fora dos casos permitidos em lei;*

*II - pratica fato assimilado, em **lei especial**, a descaminho;*

*III - **vende, expõe à venda, mantém em depósito** ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;*

*IV - **adquire, recebe ou oculta**, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.*

*§ 2º **Equipara-se às atividades comerciais**, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.*

*§ 3º A pena aplica-se em **dobro** se o crime de descaminho é praticado em **transporte aéreo, marítimo ou fluvial**.*



➡ **Princípio da insignificância ao crime de descaminho:**

Incide o **princípio da insignificância** aos crimes tributários federais e de **descaminho** quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de **R\$ 20.000,00** (vinte mil



reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

REsp 1.688.878-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por maioria, julgado em 28/02/2018, DJe 04/04/2018 (Tema 157).

8. Contrabando (art. 334-A)

O contrabando ocorre quando o agente **importa ou exporta mercadorias proibidas**. É um crime de natureza distinta do descaminho, pois não se relaciona apenas à questão tributária, mas à proibição legal sobre determinados produtos.

Formas equiparadas (§1º): incluem atos como reintroduzir no território nacional mercadorias que tenham sido enviadas ao exterior por força de proibição.

Conceito de atividade comercial (§2º): vale o mesmo entendimento aplicado ao descaminho.

Majorante (§3º): aumento de pena nos casos em que o crime é praticado por transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

*Art. 334-A. Importar ou exportar **mercadoria proibida**:*

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

*I - pratica fato assimilado, em **lei especial**, a contrabando;*

*II - importa ou exporta **clandestinamente** mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;*

*III - **reinsere** no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação;*

*IV - **vende, expõe à venda, mantém em depósito** ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, **mercadoria proibida** pela lei brasileira;*

*V - **adquire, recebe ou oculta**, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, **mercadoria proibida** pela lei brasileira.*

*§ 2º - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de **comércio irregular ou clandestino** de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.*

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.





➡ **Princípio da insignificância ao crime de contrabando:**

O **princípio da insignificância** é aplicável ao crime de **contrabando** de **cigarros** quando a quantidade apreendida **não ultrapassar 1.000 (mil) maços**, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão a o contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação.

STJ. 3ª Seção. REspS 1.971.993-SP e 1.977.652-SP, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Rel. para acórdão Min. Sebastião Reis Junior, julgado em 13/9/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1143) (Info 787).

9. Impedimento, Perturbação ou Fraude de Concorrência (art. 335)

Este artigo trata das condutas de **afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem**.



As condutas de "afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem" configuram os crimes do **art. 337-I** e/ou **art. 337-K**, incluídos no Código Penal pela Lei 14.133/21.

Dessa forma, o entendimento predominante é que houve **revogação tácita do art. 335**.

Entretanto, fique atento, pois não é raro haver cobrança dessa conduta em provas, mesmo estando tacitamente revogado. Assim, se a questão fizer referência à publicação da Lei 14.133/21, entenda que essas condutas do art. 335 citadas encontram-se revogadas.

Forma equiparada (parágrafo único): a abstenção em concorrer ou licitar, devido a vantagem oferecida, também é punida.



Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

10. Inutilização de Edital ou de Sinal (art. 336)

O crime ocorre quando o agente **inutiliza, total ou parcialmente, edital afixado por ordem da autoridade pública ou sinal oficial destinado a identificar obras públicas ou garantir sua segurança.**

Art. 336 - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto

11. Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento (art. 337)

A subtração ou inutilização de livro ou documento ocorre quando o agente **subtrai ou inutiliza, total ou parcialmente, livro oficial** ou qualquer **documento** confiado à custódia de funcionário público em razão do cargo.

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

12. Sonegação de Contribuição Previdenciária (art. 337-A)

O crime ocorre quando o agente **suprime ou reduz contribuição social previdenciária e qualquer acessório.**



Segundo o STJ, o **princípio da insignificância** não se aplica aos crimes de apropriação indébita previdenciária e de **sonegação de contribuição previdenciária**, pois esses tipos penais protegem a própria subsistência da Previdência Social.

AgRg no REsp n. 1.832.011/MG, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 10/8/2021, DJe de 16/8/2021.)

Extinção da punibilidade (§1º): ocorre quando o agente paga os valores devidos, com acréscimos legais, antes do início da ação fiscal.

Perdão judicial ou aplicação de multa apenas (§2º): o juiz pode conceder perdão judicial ou aplicar somente multa se o agente for primário e de bons antecedentes, sob certas condições (ver abaixo).

Causa de diminuição de pena (§3º): a pena pode ser reduzida de 1/3 até a metade, ou aplicar apenas multa, se o empregador é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00.

*Art. 337-A. Suprimir ou reduzir **contribuição social previdenciária** e qualquer acessório, mediante as seguintes **condutas**:*

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços;

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

*§ 1º É **extinta a punibilidade** se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.*

*§ 2º É facultado ao juiz **deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa** se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:*

I – (VETADO)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

*§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá **reduzir a pena** de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.*



§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Os crimes de **descaminho** (art. 334) e **contrabando** (art. 334-A) são frequentemente exigidos em questões que tratam dos Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Dessa forma, na tabela a seguir, veremos as principais diferenças entre estes delitos:

	Descaminho (art. 334)	Contrabando (art. 334-A)
Definição	Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de tributos ou impostos devidos na importação ou exportação de mercadorias (permitidas).	Importar ou exportar mercadorias proibidas por lei.
Natureza do Crime	Relacionado à sonegação tributária.	Relacionado à violação de proibição legal (não apenas tributária).
Formas Equiparadas	Inclui navegação de cabotagem ilegal, venda de mercadoria clandestina, e aquisição com documentação falsa (§1º).	Inclui reimportação de mercadoria exportada ilegalmente e uso de mercadorias proibidas no exercício de atividade comercial (§1º).
Atividade Comercial	Equipara-se à atividade comercial qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, incluindo o realizado em residências (§2º).	Equipara-se à atividade comercial qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, incluindo o realizado em residências (§2º).
Majorante	A pena é dobrada se o crime for praticado por transporte aéreo, marítimo ou fluvial (§3º).	A pena é dobrada se o crime for praticado por transporte aéreo, marítimo ou fluvial (§3º).

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



	Descaminho (art. 334)	Contrabando (art. 334-A)
Princípio da Insignificância	Aplicável em casos de tributos inferiores a R\$ 20.000,00 (art. 20 da Lei nº 10.522/2002 e Tema 157 do STJ).	Aplicável ao contrabando de cigarros se não ultrapassar 1000 maços, salvo reiteração da conduta (STJ - Recurso Repetitivo – Tema 1143)
Exemplos Práticos	Não pagar tributos em importação de equipamentos eletrônicos lícitos	Importar eletrônicos, cigarros (acima de 1000 maços) e outros produtos cuja comercialização é proibida por lei, desde que não configurem crimes previstos em leis específicas



QUESTÕES COMENTADAS



1. (Instituto AOCP/TRF 2ª Região/Analista Judiciário - Estatística/2024) Tício, no intuito de obter uma certidão, dirigiu-se a um órgão público municipal e foi atendido pelo servidor público Mévio. Na ocasião, Mévio disse que a certidão estaria disponível no prazo de 48 horas, mas, se lhe fosse repassada determinada quantia, poderia disponibilizar a certidão de imediato. Sabendo que essa solicitação é indevida, é correto afirmar que Mévio praticou o crime de

- a) corrupção passiva.
- b) peculato.
- c) corrupção ativa.
- d) concussão.
- e) prevaricação.

Comentários

Letra A – correta: **Corrupção passiva** é o crime cometido por **funcionário público** que solicita ou recebe vantagem indevida, ainda que **fora da função**, mas **em razão dela**, ou aceita promessa dessa vantagem. No caso, Mévio **solicitou vantagem indevida** para agir com maior celeridade em ato de ofício, o que caracteriza **corrupção passiva**.

Art. 317, caput: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.”

Pena – reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.

Letra B – incorreta: **Peculato** ocorre quando o funcionário público **se apropria de bem móvel** que tem a posse em razão do cargo ou o **desvia** para si ou para outrem. Não há apropriação de bem nesse caso, apenas solicitação de vantagem indevida.

Letra C – incorreta: **Corrupção ativa** é o crime praticado por **particular**, não por funcionário público. Aqui, o agente ativo do crime é o servidor Mévio, o que afasta a tipificação como corrupção ativa.



Letra D – incorreta: Concussão exige a **exigência de vantagem indevida**, ou seja, um comportamento mais imperativo e autoritário. No caso, houve apenas **oferta condicionada**, caracterizando **solicitação**, e não exigência.

Letra E – incorreta: Prevaricação ocorre quando o funcionário público deixa de praticar, retarda ou pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer **interesse ou sentimento pessoal**. O caso trata de **vantagem econômica indevida**, e não apenas interesse pessoal.

Gabarito: Letra A

2. (Instituto AOCP/PMDF/2º Tenente Administrativo/2023) São exemplos de crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral:

- a) desacato e prevaricação.
- b) peculato e concussão.
- c) corrupção ativa e abandono de função.
- d) tráfico de influência e resistência.
- e) desobediência e subtração ou inutilização de livro ou documento.

Comentários

Letra A – incorreta: Desacato (art. 331, CP) é crime **contra a Administração Pública**, mas pode ser praticado por **qualquer pessoa**, e não **exclusivamente por funcionário público**. Já **prevaricação** (art. 319, CP) sim, é crime próprio do funcionário público.

Letra B – correta: Tanto o **peculato** (art. 312, CP) quanto a **concussão** (art. 316, CP) são **crimes próprios**, praticados **exclusivamente por funcionário público**, previstos no **Capítulo I – Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral**.

Art. 312, Peculato: "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo..."

Art. 316, Concussão: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida."

Letra C – incorreta: **Corrupção ativa** (art. 333, CP) é praticada por **particular** que oferece vantagem indevida ao servidor. Já o **abandono de função** (art. 323, CP) é crime funcional, mas a combinação não atende ao enunciado, que exige **dois crimes praticados por funcionário contra a administração**.



Letra D – incorreta: Tráfico de influência (art. 332, CP) pode ser praticado por **particular** ou servidor, mas **resistência** (art. 329, CP) também é praticada por **particular contra agente público**, e não é crime funcional.

Letra E – incorreta: Desobediência (art. 330, CP) e **subtração/inutilização de documento** (art. 314, CP) não são ambos de natureza funcional. A subtração pode até ser praticada por funcionário, mas **desobediência** se refere à conduta de **particular** diante de ordem legal.

Gabarito: Letra B

3. (Instituto AOCP/Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul/Agente de Serviços Gerais - Motorista I/2024) Assinale a alternativa que apresenta um crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, previsto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

- a) Usurpação de função pública.
- b) Tráfico de influência.
- c) Concussão.
- d) Descaminho.
- e) Inutilização de edital ou de sinal.

Comentários

Letra A – incorreta: Usurpação de função pública (art. 328 do CP) é crime cometido por **particular** que exerce, sem autorização, função pública. Portanto, não se enquadra como crime praticado por funcionário público contra a administração.

Letra B – incorreta: Tráfico de influência (art. 332 do CP) também é crime praticado por **particular** que alega ter influência sobre funcionário público. Não é praticado pelo próprio funcionário contra a administração.

Letra C – correta: Concussão (art. 316 do CP) é crime próprio de **funcionário público**, que **exige vantagem indevida**, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela. Está previsto no **Capítulo I - Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral** do Código Penal.

Art. 316, caput: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida."

Letra D – incorreta: Descaminho (art. 334 do CP) é crime contra a ordem tributária e não é praticado especificamente por funcionário público contra a administração.



Letra E – incorreta: Inutilização de edital ou de sinal (art. 330 do CP) é crime contra a administração pública, mas pode ser cometido por **qualquer pessoa**, não exclusivamente por funcionário público.

Gabarito: Letra C

4. (Instituto AOCP/Polícia Militar do Distrito Federal/Soldado/2023) Determinado agente público de trânsito, atendendo ao pedido do prefeito da cidade, deixou de multá-lo por avançar o sinal vermelho do semáforo. Nesse caso, nos termos do Código Penal, o agente de trânsito praticou o crime de

a) condescendência criminosa.

b) corrupção passiva.

c) advocacia administrativa.

d) prevaricação.

e) tráfico de influência.

Comentários

Letra A – incorreta: A condescendência criminosa (art. 320 do Código Penal) ocorre quando o funcionário público **deixa de responsabilizar um subordinado** que comete infração no exercício do cargo. Não se aplica ao caso, pois o agente deixou de autuar um superior hierárquico, não um subordinado.

Letra B – correta: A conduta do agente público de trânsito — **deixar de autuar o prefeito por infração de trânsito, a pedido deste** — caracteriza o crime de **corrupção passiva**, pois envolve o **recebimento de vantagem indevida de caráter imaterial** (prestígio político, deferência ou favorecimento indevido), o que é aceito pela jurisprudência como forma de corrupção.

***Art. 317, caput:** "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem."*

Segundo o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, a vantagem indevida pode ser de **natureza não econômica**, desde que represente benefício pessoal ou de terceiro, o que se verifica nesse caso.

Letra C – incorreta: Advocacia administrativa (art. 321 do CP) refere-se à conduta de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública. Não se confunde com a omissão indevida no exercício do cargo em benefício de autoridade.

Letra D – incorreta: Prevaricação (art. 319 do CP) exige que o ato ou omissão seja praticado para **satisfazer interesse ou sentimento pessoal**. Embora semelhante, o ato do agente teve motivação



em interesse **alheio (o prefeito)** e envolveu vantagem indevida, ainda que não patrimonial — o que atrai o tipo da corrupção passiva.

Letra E – incorreta: Tráfico de influência (art. 332 do CP) é praticado por **particular**, e consiste em **alegar influência sobre funcionário público** para obter vantagem. Não se aplica a agentes públicos no exercício da função, como no caso.

Gabarito: Letra B

5. (Instituto AOC/PRF 2ª Região/Técnico Judiciário - Área Administrativa/2024) São crimes contra a Administração da Justiça as seguintes condutas, EXCETO

- a) reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- b) auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- c) amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- d) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

Comentários

Letra A – correta: A conduta de **reingressar no território nacional o estrangeiro expulso** está prevista no art. 338 do Código Penal, no **Capítulo dos Crimes contra a Administração da Justiça**, sendo, portanto, efetivamente um crime contra essa esfera da administração pública.

Art. 338, CP: Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

Letra B – correta: Essa conduta se refere ao **crime de favorecimento pessoal** (art. 348, CP), também inserido no **Capítulo dos Crimes contra a Administração da Justiça**.

Art. 348, CP: Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Letra C – correta: o delito de motim de presos é um crime contra a administração da Justiça, previsto no art. 354 do Código Penal:



Art. 354 - Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

Letra D – incorreta: a conduta descrita na alternativa refere-se ao crime de resistência, previsto dentro do capítulo **Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral**, e não contra a Administração da Justiça:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio

Letra E – correta: A conduta de **autoacusação falsa** é crime previsto no **art. 341 do CP**, que também está dentro do capítulo de **crimes contra a Administração da Justiça**.

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem

Gabarito: Letra D

6. (Instituto AOCP/TRF 2ª Região/Agente da Polícia Judicial/2024) Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.
- b) A consumação do crime de peculato-desvio ocorre no momento em que o funcionário efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel, em proveito próprio ou de terceiro, ainda que não obtenha a vantagem indevida.
- c) É desnecessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.
- d) O pagamento ou o parcelamento dos débitos tributários não extingue a punibilidade do crime de descaminho, tendo em vista a natureza formal do delito.
- e) Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, pois, ainda que previstos em tipos penais distintos, a comprovação de um deles pressupõe a do outro.

Comentários

Letra A – correta: Segundo entendimento do STJ, a **condição de autoridade ou cargo elevado** pode sim ser considerada na **dosimetria da pena**, especialmente na valoração negativa da **culpabilidade** (art. 59, CP), por representar maior reprovabilidade da conduta.



Letra B – correta: O STJ entende que o **peculato-desvio** (art. 312, CP) se consuma no momento em que o agente público **desvia o bem para fim diverso do legalmente previsto**, mesmo **sem necessidade de proveito econômico direto**.

Art. 312, CP: *"Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio."*

Letra C – correta: Conforme jurisprudência consolidada do STJ, a **constituição definitiva do crédito tributário** não é exigência para a configuração dos crimes de **contrabando e descaminho**. O tipo penal é **formal**, bastando a conduta de importar ou exportar mercadoria sem o pagamento dos tributos devidos.

Letra D – correta: Segundo o STJ, o **pagamento ou parcelamento** do débito **não extingue** a punibilidade nos crimes **formais** como o **descaminho**, diferentemente do que ocorre nos crimes contra a ordem tributária, regidos pela Lei nº 8.137/1990.

Letra E – incorreta: Essa afirmativa **contraria o entendimento do STJ**, segundo o qual **não há necessidade de bilateralidade** entre corrupção passiva (art. 317, CP) e ativa (art. 333, CP). A prática de um não pressupõe necessariamente a ocorrência do outro, visto que são tipos **autônomos**, podendo o agente ativo responder mesmo que a contraparte não tenha aceitado ou solicitado vantagem.

Gabarito: Letra E

7. (Instituto AOCP/Controladoria Geral do Estado do MS/Auditor do Estado - Corregedoria/2022)
De acordo com o Código Penal e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles não pressupõe a do outro.

b) Comete o crime de concussão o funcionário público que se utiliza de violência ou grave ameaça para obter vantagem indevida.

c) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.

d) O crime de corrupção passiva praticado pelas condutas de "aceitar promessa" ou "solicitar" é formal e se consuma com a mera solicitação ou aceitação da vantagem indevida.

e) A conduta de ordenar despesa não autorizada por lei é passível de responsabilização na esfera penal.



Comentários

Letra A – correta: Segundo a jurisprudência do STJ, **não há bilateralidade necessária** entre os crimes de **corrupção passiva (art. 317, CP)** e **corrupção ativa (art. 333, CP)**. São delitos autônomos e independentes, podendo ser consumados **sem que o outro ocorra**, desde que presentes seus elementos típicos.

Letra B – incorreta: A **concussão** (art. 316, CP) é o crime praticado por **funcionário público** que **exige** vantagem indevida. **Não exige o uso de violência ou grave ameaça** — esses elementos caracterizam outros crimes, como o **roubo (art. 157, CP)**. A exigência de vantagem mediante violência ou grave ameaça descaracteriza a concussão, afastando o tipo penal.

Art. 316, CP: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida."

Letra C – correta: A jurisprudência do STJ admite que **cargos de maior responsabilidade pública**, como agentes políticos de alto escalão, podem justificar **a majoração da pena-base**, especialmente pela **reprovabilidade da conduta**, com fundamento no art. 59 do Código Penal.

Letra D – correta: A **corrupção passiva** é crime formal, consumando-se **com a simples solicitação ou aceitação da vantagem indevida**, mesmo que esta **não seja recebida de fato**, conforme interpretação pacífica do STJ.

Letra E – correta: A **ordenação de despesa não autorizada por lei** pode configurar **crime previsto no art. 359-D do Código Penal**, incluído pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Gabarito: Letra B

8. (Instituto AOCP/Polícia Militar do Estado de Santa Catarina/Oficial – 2017) Considerando a atual redação do Código Penal, cometerá o crime de "tráfico de influência" todo sujeito que praticar qual das seguintes condutas?

- a) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- c) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- d) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.



e) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

Comentários

Letra A – incorreta: A conduta descrita é típica do crime de **advocacia administrativa**, previsto no art. 321 do Código Penal, e não de tráfico de influência.

Letra B – incorreta: Essa descrição se refere ao crime de **prevaricação**, tipificado no **art. 319 do CP**, e não ao de tráfico de influência.

Letra C – correta: Configura o crime de **tráfico de influência** aquele que **solicita, exige, cobra ou obtém vantagem indevida a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público**.

Art. 332, CP: “Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.”

Letra D – incorreta: Refere-se ao crime de **violação de segredo funcional**, tipificado no art. 325 do Código Penal.

Letra E – incorreta: A conduta mencionada é própria da **corrupção ativa**, quando praticada por particular (art. 333, CP), ou **tráfico de influência com foco em agentes da justiça**, se o intuito for simulado. Contudo, a redação apresentada não corresponde ao tipo penal previsto para tráfico de influência conforme o art. 332.

Gabarito: Letra C



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Explique a diferença entre os crimes de usurpação de função pública e exercício funcional ilegalmente antecipado.
2. No crime de resistência (art. 329), qual a diferença entre a forma simples e a forma qualificada?
3. Em que situação a ameaça praticada no contexto do crime de resistência é absorvida pelo próprio delito?
4. Qual é o elemento essencial para que o descumprimento de uma ordem de funcionário público configure o crime de desobediência (art. 330)?
5. Por que o descumprimento de ordem de agente de trânsito não configura crime de desobediência?
6. No crime de desacato (art. 331), como se aplica a teoria da consunção em relação ao crime de resistência?



7. Explique a diferença entre o crime de tráfico de influência (art. 332) e o crime de exploração de prestígio (art. 357).
8. Quais condutas configuram as formas equiparadas ao crime de descaminho (art. 334, §1º)?
9. O princípio da insignificância é aplicável ao crime de descaminho? Explique.
10. No crime de contrabando (art. 334-A), quais são as formas equiparadas previstas no §1º?
11. Qual é a relevância do conceito de atividade comercial no contexto dos crimes de descaminho e contrabando?
12. Por que o princípio da insignificância não se aplica ao crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A)?
13. Quando é possível a extinção da punibilidade no crime de sonegação de contribuição previdenciária?
14. Explique a conduta punível descrita no art. 336 do CP (Inutilização de edital ou de sinal).
15. Qual é a conduta típica do crime de subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337)?

Perguntas com respostas

1. Explique a diferença entre os crimes de usurpação de função pública e exercício funcional ilegalmente antecipado.

Resposta:

A usurpação de função pública ocorre quando o agente não possui qualquer vínculo com a Administração Pública e pratica atos típicos de uma função pública, fingindo ser servidor público (art. 328 do CP). Já o exercício funcional ilegalmente antecipado ocorre quando o agente já possui vínculo com a Administração Pública, mas exerce funções antes de estar devidamente investido no cargo ou fora de sua competência.

2. No crime de resistência (art. 329), qual a diferença entre a forma simples e a forma qualificada?

Resposta:

Na forma simples, o agente opõe-se à execução de ato legal por funcionário público mediante violência ou ameaça. Na forma qualificada, prevista no §1º, o ato não é executado em razão da resistência, o que demonstra maior gravidade da conduta.

3. Em que situação a ameaça praticada no contexto do crime de resistência é absorvida pelo próprio delito?

Resposta:

Quando o crime de resistência (art. 329 do CP) é praticado apenas mediante ameaça, essa ameaça é absorvida pelo crime de resistência, não gerando responsabilização autônoma.



4. Qual é o elemento essencial para que o descumprimento de uma ordem de funcionário público configure o crime de desobediência (art. 330)?

Resposta:

O elemento essencial é que a ordem seja legal, ou seja, emitida de acordo com as normas e atribuições do funcionário público. Descumprimento de ordem ilegal não caracteriza o crime de desobediência.

5. Por que o descumprimento de ordem de agente de trânsito não configura crime de desobediência?

Resposta:

O descumprimento de ordem de agente de trânsito configura infração administrativa prevista no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro, mas não o crime de desobediência (art. 330 do CP), pois é tratado especificamente pela legislação de trânsito.

6. No crime de desacato (art. 331), como se aplica a teoria da consunção em relação ao crime de resistência?

Resposta:

Quando o desacato é praticado no mesmo contexto de resistência, ele é absorvido por este último, que é considerado mais grave. A consunção ocorre porque o desacato funciona como meio de execução do crime de resistência.

7. Explique a diferença entre o crime de tráfico de influência (art. 332) e o crime de exploração de prestígio (art. 357).

Resposta:

No tráfico de influência, o agente alega ter influência sobre funcionário público para obter vantagem ou promessa de vantagem. Já na exploração de prestígio, a alegação de influência recai sobre magistrados, membros do Ministério Público, jurados ou peritos.

8. Quais condutas configuram as formas equiparadas ao crime de descaminho (art. 334, §1º)?

Resposta:

As condutas incluem navegação de cabotagem fora dos casos permitidos, venda ou uso de mercadoria irregular no exercício de atividade comercial, e aquisição de mercadoria estrangeira desacompanhada de documentação ou com documentos falsos, entre outras previstas no §1º.

9. O princípio da insignificância é aplicável ao crime de descaminho? Explique.

Resposta:

Sim, o princípio da insignificância pode ser aplicado ao descaminho quando o débito tributário



não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00, conforme entendimento do STJ (REsp 1.688.878-SP, Tema 157).

10. No crime de contrabando (art. 334-A), quais são as formas equiparadas previstas no §1º?

Resposta:

As formas equiparadas incluem a reimportação de mercadoria proibida, o uso de mercadoria proibida no exercício de atividade comercial, e a aquisição de mercadoria proibida, entre outras previstas no §1º do art. 334-A.

11. Qual é a relevância do conceito de atividade comercial no contexto dos crimes de descaminho e contrabando?

Resposta:

O conceito de atividade comercial (§2º dos arts. 334 e 334-A) inclui qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, mesmo que exercido em residências, ampliando o alcance das condutas puníveis.

12. Por que o princípio da insignificância não se aplica ao crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A)?

Resposta:

O princípio da insignificância não se aplica porque o crime protege a subsistência da Previdência Social, que tem caráter essencial à seguridade social, conforme entendimento do STJ (AgRg no REsp 1.832.011/MG).

13. Quando é possível a extinção da punibilidade no crime de sonegação de contribuição previdenciária?

Resposta:

A extinção da punibilidade ocorre se o agente paga os valores devidos, com acréscimos legais, antes do início da ação fiscal, conforme §1º do art. 337-A do CP.

14. Explique a conduta punível descrita no art. 336 do CP (Inutilização de edital ou de sinal).

Resposta:

A conduta consiste em rasgar, inutilizar, conspurcar ou violar edital afixado por ordem de funcionário público ou selo/sinal empregado para identificar ou proteger obras ou objetos de interesse público.

15. Qual é a conduta típica do crime de subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337)?



Resposta:

A conduta típica é subtrair ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário público ou particular em serviço público.

...

Ficamos por aqui!

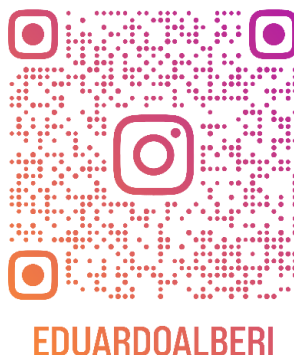
Grande abraço e bons estudos!

“Ninguém vai bater tão forte como a vida, mas a questão não é o quão forte você consegue bater. É o quão forte você consegue apanhar e continuar seguindo em frente.”

Rocky Balboa

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



LISTA DE QUESTÕES

1. (Instituto AOCP/TRF 2ª Região/Analista Judiciário - Estatística/2024) Tício, no intuito de obter uma certidão, dirigiu-se a um órgão público municipal e foi atendido pelo servidor público Mévio. Na ocasião, Mévio disse que a certidão estaria disponível no prazo de 48 horas, mas, se lhe fosse repassada determinada quantia, poderia disponibilizar a certidão de imediato. Sabendo que essa solicitação é indevida, é correto afirmar que Mévio praticou o crime de

- a) corrupção passiva.
- b) peculato.
- c) corrupção ativa.
- d) concussão.
- e) prevaricação.

2. (Instituto AOCP/PMDF/2º Tenente Administrativo/2023) São exemplos de crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral:

- a) desacato e prevaricação.
- b) peculato e concussão.
- c) corrupção ativa e abandono de função.
- d) tráfico de influência e resistência.
- e) desobediência e subtração ou inutilização de livro ou documento.

3. (Instituto AOCP/Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul/Agente de Serviços Gerais - Motorista I/2024) Assinale a alternativa que apresenta um crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, previsto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

- a) Usurpação de função pública.
- b) Tráfico de influência.
- c) Concussão.
- d) Descaminho.
- e) Inutilização de edital ou de sinal.



4. (Instituto AOCP/Polícia Militar do Distrito Federal/Soldado/2023) Determinado agente público de trânsito, atendendo ao pedido do prefeito da cidade, deixou de multá-lo por avançar o sinal vermelho do semáforo. Nesse caso, nos termos do Código Penal, o agente de trânsito praticou o crime de

- a) condescendência criminosa.
- b) corrupção passiva.
- c) advocacia administrativa.
- d) prevaricação.
- e) tráfico de influência.

5. (Instituto AOCP/TRF 2ª Região/Técnico Judiciário - Área Administrativa/2024) São crimes contra a Administração da Justiça as seguintes condutas, EXCETO

- a) reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- b) auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- c) amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- d) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

6. (Instituto AOCP/TRF 2ª Região/Agente da Polícia Judicial/2024) Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.
- b) A consumação do crime de peculato-desvio ocorre no momento em que o funcionário efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel, em proveito próprio ou de terceiro, ainda que não obtenha a vantagem indevida.
- c) É desnecessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.



d) O pagamento ou o parcelamento dos débitos tributários não extingue a punibilidade do crime de descaminho, tendo em vista a natureza formal do delito.

e) Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, pois, ainda que previstos em tipos penais distintos, a comprovação de um deles pressupõe a do outro.

7. (Instituto AOCP/Controladoria Geral do Estado do MS/Auditor do Estado - Corregedoria/2022) De acordo com o Código Penal e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles não pressupõe a do outro.

b) Comete o crime de concussão o funcionário público que se utiliza de violência ou grave ameaça para obter vantagem indevida.

c) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.

d) O crime de corrupção passiva praticado pelas condutas de "aceitar promessa" ou "solicitar" é formal e se consuma com a mera solicitação ou aceitação da vantagem indevida.

e) A conduta de ordenar despesa não autorizada por lei é passível de responsabilização na esfera penal.

8. (Instituto AOCP/Polícia Militar do Estado de Santa Catarina/Oficial – 2017) Considerando a atual redação do Código Penal, cometerá o crime de "tráfico de influência" todo sujeito que praticar qual das seguintes condutas?

a) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

c) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

d) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

e) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.



GABARITO



1. Letra A	2. Letra B	3. Letra C	4. Letra B	5. Letra D
6. Letra E	7. Letra B	8. Letra C		



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.